



Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A.

CNPJ 07.644.868/0001-73

Prezados Acionistas, Em cumprimento às disposições legais vigentes, submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - Susep, que divulgamos por meio do presente relatório, contendo as notas explicativas às demonstrações financeiras, o relatório dos auditores independentes e o relatório dos auditores atuariais independentes. A Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A., ("Coface") é uma seguradora de origem francesa e faz parte do grupo Coface, especializada em seguro de crédito. Com uma atuação focada nos diversos setores da economia, presença nas principais regiões brasileiras e busca contínua pela melhoria dos serviços prestados aos nossos clientes e parceiros de negócios, seguimos com o objetivo de proteger as empresas contra o risco de inadimplência de seus clientes, disseminando a cultura de seguro de crédito no país como a mais relevante ferramenta de gestão de risco, oferecendo maior segurança na gestão da carteira e consequentemente

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais - R\$)							
ATIVO	Nota	2025	2024	PASSIVO	Nota	2025	2024
CIRCULANTE		509.118	485.189	CIRCULANTE		515.765	444.819
Disponível		<u>30.242</u>	<u>29.899</u>	Contas a pagar		<u>29.350</u>	<u>55.633</u>
Caixa e bancos		12.155	29.899	Obrigações a pagar	10	5.322	2.009
Investimento - equivalente de caixa		18.087	—	Impostos e encargos sociais a recolher		7.943	7.493
Aplicações	5	<u>67.641</u>	<u>88.930</u>	Encargos trabalhistas		2.813	2.305
Créditos das operações com seguros e resseguros		253.194	236.427	Impostos e contribuições	12	3.196	365
Prêmios a receber	6	191.742	195.349	Outras contas a pagar	10	10.076	43.461
Operações com resseguradoras	7	61.452	41.078	Débitos de operações com seguros e resseguros		154.202	80.130
Outros créditos operacionais		317	—	Operações com resseguradoras	7	130.878	38.877
Ativos de resseguro - provisões técnicas	7	<u>128.190</u>	<u>99.968</u>	Corretores de seguros e resseguros		18.543	25.637
Títulos e créditos a receber		13.564	14.781	Outros débitos operacionais	7	4.781	15.616
Títulos e créditos a receber		236	694	Depósitos de terceiros	11	<u>4.522</u>	<u>6.921</u>
Créditos tributários e previdenciários	9	3.942	8.132	Provisões técnicas - seguros		327.691	302.135
Outros créditos	8	9.386	5.955	Danos	13a	<u>327.691</u>	<u>302.135</u>
Despesas antecipadas		42	48	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		20.962	21.244
Custos de aquisição diferidos		15.928	15.136	Débitos das operações com seguros e resseguros		1.488	1.966
Seguros	13c	<u>15.928</u>	<u>15.136</u>	Corretores de seguros e resseguros		1.488	1.966
ATIVO NÃO CIRCULANTE		153.757	101.753	Provisões técnicas - seguros		14.757	16.721
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		147.691	95.916	Danos	13a	<u>14.757</u>	<u>16.721</u>
Aplicações	5	<u>124.610</u>	<u>69.686</u>	Outros débitos		2.228	2.347
Créditos das operações com seguros e resseguros	6	<u>12.450</u>	<u>15.428</u>	Provisões judiciais	14a	2.228	2.347
Prêmios a receber		12.450	15.428	Débitos diversos		2.489	210
Ativos de resseguro - provisões técnicas	7	<u>561</u>	<u>1.250</u>	Débitos diversos		2.489	210
Títulos e créditos a receber		6.984	7.151	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16	<u>126.148</u>	<u>120.879</u>
Créditos tributários e previdenciários	9	4.309	4.628	Capital social	16a	63.958	63.958
Depósitos judiciais e fiscais	15	2.675	2.523	Reservas de lucros	16b	63.312	60.768
Outros valores e bens		1.305	235	Ajuste de avaliação patrimonial	16d	<u>(1.122)</u>	<u>(3.847)</u>
Empréstimos e depósitos compulsórios		86	86	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		662.875	586.942
Custos de aquisição diferidos		1.695	2.080				
Seguros	13c	<u>1.695</u>	<u>2.080</u>				
Investimentos		22	22				
Outros investimentos		22	22				
Imobilizado		964	1.140				
Bens móveis		964	1.140				
Intangível		<u>5.080</u>	<u>4.675</u>				
Outros intangíveis		5.080	4.675				
TOTAL DO ATIVO		662.875	586.942				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais - R\$)

	Reservas de lucros					
	Nota	Capital social	Legal	Estatutária	Ajuste TVM	Lucros (prejuízos) acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u>63.958</u>	<u>7.775</u>	<u>55.408</u>	<u>1.312</u>	<u>—</u>
Títulos e valores mobiliários	5 e 16d	—	—	—	(5.159)	—
Prejuízo do exercício	16b	—	—	—	—	(2.415)
Reserva estatutária	16b	—	—	(2.415)	—	2.415
	16c	—	—	—	—	—
Saldos em 31 de dezembro de 2024		<u>63.958</u>	<u>7.775</u>	<u>52.993</u>	<u>(3.847)</u>	<u>—</u>
Títulos e valores mobiliários	5 e 16d	—	—	—	2.725	—
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—	3.337
Distribuição do resultado:						3.337
Reserva legal	16b	—	167	—	—	(167)
Reserva estatutária	16b	—	—	2.377	—	(2.377)
Dividendos mínimos obrigatório - R\$ 0,12 por ação	16c	—	—	—	—	(793)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		<u>63.958</u>	<u>7.942</u>	<u>55.370</u>	<u>(1.122)</u>	<u>—</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A. ("Seguradora" ou "Coface do Brasil"), situada na Praça João Duran Alonso, 34, 10º andar - São Paulo, é controlada pelo grupo francês "Compagnie Française d'Assurances pour le Commerce Extérieur" ("COFACE FRANÇA") cujo controladores em última instância são os "Banques Populaires e Caisse de l'Epargne". A Seguradora, constituída em 5 de abril de 2005, foi autorizada a operar pela Superintendência de Seguros Privados - Susep em junho do mesmo ano, e tem por objeto social atualmente a exploração do seguro de crédito em todo o território nacional. A Seguradora é controlada diretamente pela Cofinpar S/A ("COFINPAR") e adicionalmente pela COFACE FRANÇA.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - Susep, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendados pela Susep. Na elaboração das presentes demonstrações financeiras, foi observado o modelo de publicação contido na Circular Susep nº 648/2021 e alterações posteriores e preparadas segundo a premissa de continuidade dos negócios da Seguradora. A autorização para emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pelo Conselho de Administração em 23 de fevereiro de 2026.

2.1. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e custo amortizado. **2.2. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares reais (R\$(000)), que é a moeda funcional e de apresentação da Seguradora, exceto, quando indicado. **2.3. Ativos e passivos em moeda estrangeira:** Parte das disponibilidades e das aplicações financeiras é mantida em moeda estrangeira, conforme autorizada pela Resolução CMN nº 4.993/22 e alterações posteriores do Banco Central do Brasil. Os valores em moeda estrangeira, representados também por ativos e passivos decorrentes das transações usuais da Seguradora, foram convertidos para reais com base na taxa de câmbio vigente na data de liquidação das transações ou na data das demonstrações financeiras, quando pendentes de liquidação. Nesse caso os ativos e passivos são convertidos pela cotação do dólar comercial, divulgado pelo Banco Central do Brasil. Os resultados de variação cambial, positivos ou negativos, são registrados em conta de resultado. **2.4. Novas Normas e Interpretações Adotadas:** Nova Lei do Marco Geral de Seguros: A nova legislação (Lei n.º 15.040/2024) introduz diversas inovações que afetam contratos, apólices, sinistros, prazos e deveres de segurados e seguradoras. As principais alterações, prazo definidos para regulação de sinistros, informações mais claras por parte do segurado em sua declaração de risco, regra de prescrição e prazo para entrar com ação judicial, clareza nas cláusulas contratuais e proibição de cancelamento unilateral da apólice de seguros pela Seguradora. A Administração em conjunto com seu corpo jurídico e técnico não identificou impactos relevantes que afetem a sua operação. Normas de Sustentabilidades: A norma está em vigor desde 2022 e seu nível de exigência progressivamente aumenta a cada ano, entre elas destaca-se a criação de uma política e relatório de sustentabilidade, estudo de materialidade que objetiva avaliar a exposição da Seguradora aos riscos de sustentabilidade e classificando sua materialidade, por exemplo um evento climático que impacte em sinistro, entre outros. A Seguradora tem sua origem europeia e adota critérios de sua matriz que são exigentes quanto a este assunto, assim a Administração entende estar em linha com as exigências vigentes. **2.5. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Seguradora e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) as informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; e (ii) as informações sobre as incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco de resultar em um ajuste no próximo período contábil: Nota explicativa nº 3.9 - Classificação dos contratos de seguros, Nota explicativa nº 5 - Aplicações (instrumentos financeiros), Nota explicativa nº 6 - Créditos das operações com seguros e resseguros, Nota explicativa nº 9 - Créditos tributários e previdenciários. Notas explicativas nº 3.5 e nº 13 - Provisões técnicas. Nota explicativa nº 14 - Provisões judiciais.

Relatório da Administração

decisões comerciais mais seguras. Durante o ano de 2025, dedicamo-nos na retenção e expansão do nosso portfólio de clientes, bem como no equilíbrio econômico por meio da revisão de preços e da análise da exposição de limites de crédito concedidos aos compradores de nossos segurados, especialmente nos setores mais impactados pela economia, como o agronegócio. Simultaneamente, atuamos na identificação de oportunidades de crescimento em contas globais e de médio porte. No que tange ao desempenho operacional, a Coface registrou um total de R\$ 217.881 mil em prêmios ganhos, representando um aumento de 21% em relação ao ano de 2024, refletindo a ampliação da atividade econômica de nossos segurados. Por outro lado, as despesas administrativas, no montante de R\$ 80.440 mil, apresentam um aumento de 11% em relação ao exercício anterior, principalmente em função da expansão do quadro de colaboradores. O lucro líquido do exercício findo em 2025 foi de R\$ 3.337 mil, e a seguradora contabilizou, após o cálculo da reserva legal, dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 793 mil, destinando-se o valor remanescente à reserva estatutária. Em relação aos indicadores de solvência,

	Nota	2025	2024
PASSIVO		515.765	444.819
CIRCULANTE		29.350	55.633
Contas a pagar		29.350	55.633
Obrigações a pagar	10	5.322	2.009
Impostos e encargos sociais a recolher		7.943	7.493
Encargos trabalhistas		2.813	2.305
Impostos e contribuições	12	3.196	365
Outras contas a pagar	10	10.076	43.461
Débitos de operações com seguros e resseguros		154.202	80.130
Operações com resseguradoras	7	130.878	38.877
Corretores de seguros e resseguros		18.543	25.637
Outros débitos operacionais	7	4.781	15.616
Depósitos de terceiros	11	<u>4.522</u>	<u>6.921</u>
Provisões técnicas - seguros		327.691	302.135
Danos	13a	<u>327.691</u>	<u>302.135</u>
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		20.962	21.244
Débitos das operações com seguros e resseguros		1.488	1.966
Corretores de seguros e resseguros		1.488	1.966
Provisões técnicas - seguros		14.757	16.721
Danos	13a	<u>14.757</u>	<u>16.721</u>
Outros débitos		2.228	2.347
Provisões judiciais	14a	2.228	2.347
Débitos diversos		2.489	210
Débitos diversos		2.489	210
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16	<u>126.148</u>	<u>120.879</u>
Capital social	16a	63.958	63.958
Reservas de lucros	16b	63.312	60.768
Ajuste de avaliação patrimonial	16d	<u>(1.122)</u>	<u>(3.847)</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		662.875	586.942

a Coface mantém posição sólida em todos os seus indicadores, fortalecida por seu nível de ativos e pelo programa de resseguro, demonstrando capacidade de continuar operando de maneira consistente mesmo diante de um cenário econômico desafiador. Em cumprimento à Circular nº 648, de 12 de novembro de 2021, da Superintendência de Seguros Privados - Susep, declaramos que a avaliação e o registro contábil dos títulos e valores mobiliários estão sendo associados em conformidade com a análise e a gestão dos vencimentos dos ativos e passivos relacionados às atividades de seguro. Agradecemos: A Administração manifesta seus agradecimentos aos clientes pela confiança em nosso trabalho, aos parceiros (corretores, bancos e demais instituições), aos fornecedores e, em especial, aos nossos colaboradores, que tanto contribuíram para o sucesso da Coface do Brasil. Agradecemos igualmente o apoio da Superintendência de Seguros Privados - Susep.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2026

Demonstrações de Resultados Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais - R\$, exceto o lucro/prejuízo por lote de mil ações)

	Nota	2025	2024
Prêmios emitidos		232.943	217.882
Variação das provisões técnicas de prêmios	18a	<u>(15.062)</u>	<u>(38.120)</u>
Prêmios ganhos		217.881	179.762
Sinistros ocorridos	18b	<u>(232.241)</u>	<u>(145.118)</u>
Custos de aquisição	18c	<u>(21.028)</u>	<u>(23.828)</u>
Outras receitas (despesas) operacionais	18d	<u>774</u>	<u>(965)</u>
Resultado com resseguro	7a	<u>122.487</u>	<u>53.511</u>
Receita com resseguro	7a	231.097	118.946
Despesa com resseguro	7a	(108.610)	(65.435)
Despesas administrativas	18e	<u>(80.440)</u>	<u>(72.575)</u>
Despesas com tributos	18f	<u>(18.006)</u>	<u>(17.299)</u>
Resultado financeiro	18g	<u>17.970</u>	<u>22.722</u>
Resultado operacional		7.397	(3.790)
Ganhos com ativos não correntes		—	185
Resultado antes dos impostos e participações		7.397	(3.605)
Imposto de renda	19	(2.142)	600
Contribuição social	19	(1.102)	449
Participações sobre o lucro		(816)	141
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		3.337	(2.415)
Quantidade de ações		20.537.185	20.537.185
Lucro líquido (Prejuízo) por lote de mil ações (R\$)		162,49	(117,59)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados Abrangentes Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais - R\$)

	2025	2024
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	3.337	(2.415)
Outros resultados abrangentes	2.725	(5.159)
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	4.542	(8.598)
Efeitos tributários sobre resultados abrangentes	(1.817)	3.439
Resultados abrangentes	6.062	(7.574)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa (método indireto) Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais - R\$)

	2025	2024
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	3.337	(2.415)
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	2.044	1.748
Constituição de perdas por redução do valor recuperável dos ativos	(891)	965
Variação cambial operacional	135	(4.020)
Variação nas contas patrimoniais:	(275)	40.732
Ativos financeiros - aplicações	(30.910)	40.001
Créditos das operações de seguros e resseguros	(15.259)	(31.694)
Ativos de resseguro	(26.368)	14.269
Créditos fiscais e previdenciários	4.828	4.546
Ativo fiscal diferido	(319)	(4.627)
Custos de aquisição diferidos	(1.653)	(6.165)
Depósitos judiciais, fiscais e compulsórios	(152)	(1.824)
Despesas antecipadas	6	52
Outros ativos	(4.360)	229.082
Impostos e contribuições	4.564	(2.798)
Outras contas a pagar	(30.865)	4.089
Débitos de operações com seguros e resseguros	71.858	(197.117)
Depósitos de terceiros	(2.399)	6.168
Provisões técnicas - seguros e resseguros	27.636	1.862
Provisões judiciais	(119)	357
Outros passivos	3.237	(15.469)
Caixa líquido gerado pelas operações	4.350	37.010
Imposto sobre lucro pagos	(1.733)	(2.929)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	2.617	34.081
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Venda de imobilizado	—	185
Aquisição de imobilizado	(252)	(835)
Aquisição de intangível	(2.022)	(2.009)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimento	(2.274)	(2.659)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Distribuição de dividendos - pagos	—	(13.344)
Caixa líquido nas atividades de financiamento	—	(13.344)
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	343	18.078
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	29.899	11.821
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	30.242	29.899

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

dora S/A, Austral Resseguradora S/A e Coface França por meio dos movimentos operacionais sujeitos a análise do Ressegurador. O nível médio de retenção do risco da Seguradora está divulgado na nota explicativa nº 7c. **3.4. Provisões técnicas:** Todos os riscos assumidos pela companhia no seguro de crédito à exportação como doméstico são considerados riscos similares e administrados como uma única carteira. As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as metodologias descritas nas notas técnicas atuariais e de acordo com as determinações e critérios estabelecidos na Resolução CNSP nº 432/2021 e alterações posteriores, Circular Susep nº 648/2021 e alterações. A Provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é constituída pelo valor dos prêmios de seguros brutos correspondente ao período ainda não decorrido de cobertura do risco, calculada linearmente pelo método "pro rata die" para todos os riscos emitidos na data-base de cálculo. A Provisão de Prêmios não Ganhos de Riscos Vigentes mas não Emitidos - RVNE é constituída para fazer frente a riscos provenientes de apólices que ainda não foram emitidas, mas já possuem riscos cobertos pela Seguradora. O registro da provisão é baseado em estimativas do valor histórico de emissões em atraso. O cálculo passou a considerar o triângulo de "run-off" dos prêmios emitidos em atraso dos últimos 42 meses, para determinar o montante de prêmios RVNE e, também, a correspondente PPNG-RVNE. A Provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída por estimativa, caso a caso, de pagamentos prováveis, brutos de resseguros, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data das demonstrações financeiras. Os avisos de sinistros correspondem aos recebíveis não honrados pelos clientes dos nossos segurados. A mensuração da estimativa de PSL também considera (i) o ajuste dos sinistros ocorridos e não suficientemente avisados- IBNER, que é apurado considerando o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, refletindo a expectativa de



★ continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais - R\$)

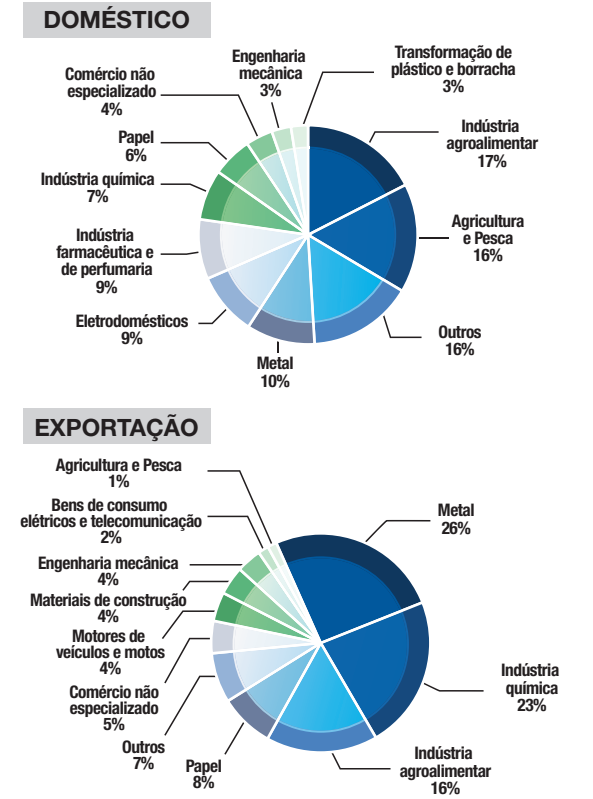
dos sinistros avisados para 23 semestres. A referida provisão é reduzida pela expectativa de ressarcimento, que consiste no cálculo de um percentual histórico dos últimos 23 semestres obtidos com base na razão entre ressarcimentos recebidos e sinistros pagos, o qual é aplicado sobre a provisão total de Sinistros Ocorridos e Ainda não Pagos. Aplica-se este percentual também sobre a provisão IBNR, gerando a expectativa de ressarcimentos sobre os sinistros ainda não avisados. A diferença entre a expectativa total de ressarcimentos e a expectativa de ressarcimentos sobre os sinistros não avisados gera a expectativa de ressarcimento sobre a PSL. A Provisão de despesas relacionadas (PDR) é composta de duas parcelas: a PDR (IBNR) inclui estimativa de despesas diretas para os sinistros ocorridos e não avisados e a PDR (PSL) contempla estimativa de despesas diretas para os sinistros avisados e ainda não pagos. Cada parcela é obtida pela aplicação sobre a respectiva provisão (IBNR e PSL respectivamente) do percentual histórico de despesas avisadas na regulação dos sinistros em relação aos sinistros avisados dos últimos 23 semestres. A Provisão de Excedentes Técnicos (PET) é constituída para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico na operacionalização dos contratos de seguro, conforme previsão contratual na apólice. A estimativa leva em consideração a apuração do resultado técnico de cada apólice baseada na estimativa do percentual de pagamento do excedente sobre o prêmio emitido da carteira levando em consideração a experiência histórica desde janeiro de 2015. **3.5. Teste de adequação dos passivos:** Conforme requerido pelo CPC 11 e pela Circular Susep nº 648/2021 e alterações posteriores, a Seguradora elaborou o teste de adequação dos passivos (TAP) para todos os contratos em curso na data de execução do teste com o objetivo de avaliar na data-base das demonstrações financeiras, as estimativas decorrentes dos contratos de seguros. O teste de adequação de passivos levou em consideração todos os riscos assumidos até a data-base do teste, sendo brutos de resseguro. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor presente das estimativas dos fluxos de caixa das obrigações futuras que venham a surgir no cumprimento das obrigações dos contratos de seguro e a soma contábil das provisões técnicas, na data-base, deduzida dos ativos intangíveis e dos custos de aquisição diferidos diretamente relacionados aos contratos de seguros. As estimativas correntes dos fluxos de caixa foram trazidas a valor presente com base na estrutura a termo das taxas de juros (ETTJ) livre de risco divulgada pela Susep, utilizando o indexador de taxa pré-fixada e o Cupom IPCA. A taxa de juros a termo pré-fixada foi obtida a partir de metodologia elaborada pela Susep e curva de juros do Cupom IPCA foi obtida a partir dos parâmetros informados pela ANBIMA para 31 de dezembro de 2025. O fluxo de despesas administrativas e impostos foi trazido a valor presente utilizando o Cupom IPCA, dado que os componentes das despesas administrativas, como salários, aluguel e outros seguem os níveis da inflação cujo índice oficial é o IPCA. Os demais fluxos por serem nominais foram trazidos a valor presente pela taxa a termo pré-fixada. Na projeção dos fluxos de caixa foram projetados, os sinistros ocorridos e ainda não pagos, os sinistros a ocorrer, despesas administrativas incluindo os impostos, e as despesas relacionadas à liquidação dos sinistros, assim como o pagamento dos sinistros ocorridos e ainda não pagos. Para este teste, os contratos são agrupados em uma base com características de risco similares. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo a sinistros ocorridos, já refletido pela expectativa de despesas alocáveis a sinistros e ressarcimentos, foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos que inclui a provisão dos sinistros a liquidar (PSL), os sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) e a provisão das despesas relacionadas (PDR). O valor presente esperado do fluxo relativo a sinistro a ocorrer, relativo a apólices vigentes, acrescido das despesas administrativas e outras despesas e impostos foi comparado à soma das provisões técnicas - PPNG e PPNG-RVNE líquidas da DAC. O resultado do Teste de Adequação de Passivos em 31 de dezembro de 2025 e em 2024 não indicou a necessidade de ajuste nas provisões técnicas de seguros, não sendo necessário o registro da Provisão Complementar de Cobertura (PCC) adicional aos passivos de seguro já registrados nestas datas-bases. Embora o resultado do TAP seja negativo, e o normativo não exija a apuração do ativo de resseguro de PCC, foi também efetuado o cálculo do TAP para os ativos de resseguro, de forma análoga aos procedimentos aplicáveis às provisões técnicas de forma a obtermos o fluxo realista de PPNG, referente ao ativo de resseguro, necessário para a estimativa dos ajustes econômicos do PL Ajustado. **3.6. Benefícios a empregados:** Os benefícios a empregados incluem os benefícios de curto prazo, tais como ordenados e salários, licença remunerada por doença, participação nos lucros, gratificações e benefícios não monetários (seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação e treinamento profissional) os quais, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado à medida que são incorridos. A Seguradora não concede qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações. A Seguradora é patrocinadora de plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade de contribuição definida - Plano gerador de benefícios livres (PGBL). As contribuições aportadas ao plano somaram R\$283 (R\$258 em 31 de dezembro de 2024). As obrigações das contribuições para planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas como despesa no resultado quando incorridas. Uma vez pagas as contribuições, a Seguradora, na qualidade de empregador, não tem qualquer obrigação de pagamento adicional. **3.7. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$240, e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada a 15%. A despesa com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do período calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferida são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados para apresentação no balanço patrimonial caso haja um direito legal de compensar, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e as diferenças temporárias sobre a alíquota prevista de realização deste crédito. O imposto diferido ativo é reconhecido quando é provável a geração de lucros futuros sujeitos à tributação, os quais este imposto diferido ativo possa ser utilizado e esteja disponível. **3.8. Provisões judiciais:** São constituídas pelo valor estimado dos pagamentos a serem realizados em relação às ações judiciais em curso, cuja probabilidade de perda é considerada provável ou no caso de serem consideradas obrigações legais. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Seguradora em caráter definitivo. **3.9. Classificação dos contratos de seguros:** Os contratos emitidos são classificados como contratos de seguro quando esses contratos transferem risco significativo de seguro pelo qual aceita um risco de seguro significativo de outra parte (segurado), aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetá-lo adversamente. Nos termos do CPC 11, os contratos emitidos pela Seguradora atendem todas as características de um contrato de seguro visto que prevê indenizações específicas para reembolsar o detentor por uma perda em razão do dever de seguro específico do segurado não efetuar o pagamento. Os contratos de resseguro também são classificados como contratos de seguros segundo os princípios de transferência de risco de seguro descritos no CPC 11. **3.10. Mensuração dos contratos de seguros:** Os prêmios de seguros e custos de aquisição (comercialização) são registrados quando da emissão da apólice e reconhecidos no resultado segundo o transcorrer da vigência do período de cobertura do risco, através da constituição da PPNG e do diferimento dos custos de aquisição. Os prêmios de seguros e os correspondentes custos de aquisição (comercialização) cujo período de cobertura do risco já foi iniciado, mas cujas apólices ainda não foram emitidas (riscos vigentes e não emitidos - RVNE), são reconhecidos com base em estimativas baseadas em cálculos atuariais que levam em conta a experiência histórica da Seguradora. **3.11. Arrendamento Mercantil:** A Seguradora avalia no início de cada contrato a existência de operações que transmitam o direito de controlar o uso de um ativo identificado, em um intervalo temporal, em troca de contraprestações, classificando-as como "arrendamento". A Seguradora atua como "arrendatária" nos contratos vigentes, aplicando uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para os arrendamentos existentes, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de valor imaterial. Os contratos contabilizados envolvem duas principais contas: i) Outros Valores e Bens que representam o direito de uso dos bens pelo intervalo temporal apurado; e ii) Débitos Diversos que é utilizado para reconhecer a dívida e registrar os pagamentos dos arrendamentos. **3.12. Normas e interpretações revisadas:** O CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis editou novas normas e modificações correlacionadas às IFRS novas e revisadas, conforme apresentadas abaixo: CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de "hedge". A adoção inicial desse pronunciamento é para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. O CPC emitiu um pronunciamento técnico CPC 50 equivalente ao IFRS 17 descrito

Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A.

CNPJ 07.644.868/0001-73

a seguir: IFRS 17 - Contrato de Seguro: Este pronunciamento substitui o IFRS 4 - Contrato de Seguros, que define novos critérios de mensuração dos contratos de seguros. A adoção inicial desse pronunciamento é para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023 (para as entidades supervisionada pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM ou para empresas que reportam em IFRS, conforme IASB), essa norma foi objeto de normatização por parte do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 50 aguardando manifestação da Susep. A Seguradora ainda não concluiu suas análises sobre os impactos do referido normativo. Em decorrência do compromisso do CPC e da Susep de manter atualizado o conjunto de normas emitidas e a serem emitidas com base nas normas novas e revisadas do IASB, é esperado o posicionamento da Susep até a data de sua aplicação obrigatória. **4. GERENCIAMENTO DE RISCO** A Seguradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: • Risco de subscrição de seguro; • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco de capital; • Risco operacional; • Risco legal e de "compliance". **4.1. Estrutura de gerenciamento de riscos:** Em termos gerais, o sistema de gerenciamento de riscos engloba o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o seu desempenho, proteger seus "stakeholders", incluindo seus acionistas, investidores, clientes, fornecedores e outros, bem como facilitar o acesso ao capital, agregar valor e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à ética, transparência e prestação de contas. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa, que abrange desde a alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. A estrutura de gerenciamento de riscos é adaptada ao porte dos negócios e, é conduzida no dia a dia pelos membros da Diretoria, pelas áreas compartilhadas das empresas do grupo de Risco e Compliance e dos especialistas responsáveis por essas áreas da Seguradora do grupo e demais colaboradores envolvidos, que atuam no sentido de identificar em toda a organização eventos de risco potencial que são capazes de afetar os objetivos estratégicos da Seguradora, possibilitando que a Administração os conheça de modo a mantê-los compatíveis com o apetite ao risco determinado pela Seguradora. Para o gerenciamento dos seus riscos a Seguradora conta com a estrutura de governança corporativa, descrita a seguir, além de mantermos um programa de controles internos, o qual está detalhado na nota explicativa relativa ao risco operacional. **a) Conselho de administração:** Reúne-se, no mínimo, trimestralmente e, representa os interesses dos acionistas, tendo por atribuição fornecer orientação geral dos negócios, bem como suas diretrizes e objetivos básicos, aprovar as demonstrações financeiras; fiscalizar a gestão da Diretoria, dentre outras atividades. **b) Reuniões da Diretoria:** A Seguradora mantém um "fórum" para discussão e deliberação de assuntos estratégicos, tendo por objetivo primordial cumprir e fazer cumprir as decisões da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e do Estatuto Social, por meio da gestão dos negócios, administração do patrimônio e execução de todos os atos necessários ao seu funcionamento. Reúne-se mensalmente ou sempre que houver assuntos relevantes a serem discutidos. Adicionalmente aprova Políticas e Normas Internas. **c) "Management committee" (Comitê de Gestão):** Reúne-se mensalmente ou sempre que houver assuntos relevantes a serem discutidos e tem por objetivo dividir e discutir assuntos de interesse das diversas áreas da Seguradora, em um nível executivo, e de tomar decisões em conjunto. Pode aprovar normas, ferramentas, estudos ou outros trabalhos demandados pelo comitê e de interesse da Seguradora. **d) Auditoria interna:** Atividade independente e objetiva, executada por empresa terceirizada e com o objetivo de adicionar valor e melhorar as operações da organização, nos ajudando a atingir os objetivos por meio de uma abordagem sistemática e disciplinada, para avaliar e melhorar a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança. Reporta-se diretamente à Auditoria Regional. **e) Comitê de Provisões:** Reúne-se trimestralmente e participam deste comitê as áreas como: Sinistros, Controladoria, Cobrança, Subscrição e membros da Diretoria. São discutidos nesse fórum os níveis de sinistralidade, reservas técnicas e taxas de recuperação da Seguradora, definindo, quando necessário, os planos de ação a fim de melhorar os índices da Seguradora. **f) Comitê de Turnover (contratos):** Reúne-se trimestralmente e participam os especialistas das áreas Técnica, Comercial, Risco de Subscrição e membros da Diretoria. O objetivo deste comitê é verificar os contratos em processo de fechamento, tanto os novos negócios como as renovações, e as apólices canceladas, a fim de verificar o impacto na receita da Seguradora. **g) Comitê de Riscos e Controles Internos:** O comitê de Controles Internos, formado pelos membros Diretoria, gerente de compliance e gestor de riscos operacionais, pode ser convocado sempre que necessário (porém é realizado com uma periodicidade mínima de quatro vezes ao ano) para deliberar sobre assuntos relevantes que envolvem compliance, riscos operacionais, questões regulatórias e outros assuntos não tratados em outros comitês, porém relevantes para Seguradora. **4.2. Gestão de risco de seguros:** O seguro de crédito é uma modalidade de seguro que tem por objetivo indenizar o segurado (credor) pelas perdas líquidas definitivas que, o mesmo, venha a sofrer em consequência da inadimplência dos créditos concedidos a seus compradores, desde que decorrentes, exclusivamente, dos riscos indicados e definidos no contrato de seguro. São asseguradas somente às pessoas jurídicas, que comercializam seus produtos para outras pessoas jurídicas. É definido como risco de seguro o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra. Dentro do risco de seguro de crédito, destaca-se o risco de subscrição, que é a possibilidade de haver perdas decorrentes de falhas na análise e na aceitação, exame e aprovação do objeto segurável, no caso da Coface Seguros, os "recebíveis" dos segurados. Outros riscos também podem afetar os objetivos e resultados da Seguradora, que são: • Risco de aprovação de coberturas que impliquem em aumento do risco da apólice de seguro de crédito; • Risco de subscrição inadequada dos limites de crédito dos compradores; • Risco de elaboração de políticas de resseguro ou técnicas de transferência de riscos inadequadas; • Risco de efetuar provisões técnicas insuficientes, tecnicamente mal dimensionadas. **a) Mitigadores do risco de aceitação do seguro:** A apólice é estruturada a partir de uma análise da carteira de clientes do segurado, onde são verificados os limites de crédito que podem ser concedidos de acordo com o perfil individual da Empresa (comprador). Os limites concedidos são constantemente monitorados pela nossa área de riscos. Antes da emissão, também são avaliadas as condições de cobertura de cada apólice considerando-se os principais aspectos: a perda histórica do Segurado, a expectativa de sinistros, o risco do País, o setor de atividade, entre outros parâmetros. O produto oferecido pela Seguradora inclui não apenas cobertura por perdas incorridas, como também serviço de cobrança para prevenção e diminuição de perdas e assistência no desenvolvimento de uma base de clientes rentáveis. Um dos elementos-chave da política de subscrição é a participação do segurado no risco coberto pela Apólice, sendo o objetivo primordial do seguro de crédito é evitar prejuízos na medida do possível, buscando o interesse comum do segurado e da Seguradora. Este parâmetro visa manter o interesse do segurado na adequada seleção de seus riscos, assim como no resultado das ações judiciais e extrajudiciais. Os prêmios das apólices são fixados baseados num balanceamento entre a experiência de perdas reais do segurado e a estatística de perdas para o perfil de uma população de segurados com características semelhantes. As taxas de prêmios são calculadas a partir da mensuração mais individual e fidedigna possível da expectativa de sinistros para o período de cobertura da apólice. A apólice, desenhada em formato de módulos, permite uma melhor mensuração de determinada cobertura em razão dos riscos apurados estatística e historicamente para determinados segmentos ou linha de negócios. Os prêmios são revisados com base na experiência de perdas reais do contrato e na ponderação pelo risco gerado na época da renovação. A subscrição comercial ou tarifação da Coface Seguros está baseada nos mesmos critérios utilizados pelo grupo COFACE, controladora da Seguradora, que detém longa experiência mundial nesta modalidade de seguros, sendo os critérios por ela utilizados, amplamente testados ao longo dos seus 80 anos de existência de sua controladora, o que resulta em consagrada aceitação de seus critérios de subscrição pelos principais resseguradores mundiais. A experiência do Grupo COFACE, por meio de sua base estatística e modelos atuariais, que representados por meio de ferramenta corporativa, são utilizados pela Seguradora na definição da taxa indicativa da perda estatística esperada por setor de atividade e País. Os modelos de subscrição encontram-se devidamente aprovados e registrados junto ao órgão regulador - Susep e são consistentes com os produtos e estruturas de coberturas oferecidas ao mercado, de forma a atender as necessidades específicas de cada segurado e de realizar o estudo dos custos e receitas, visando retorno aos acionistas. Os procedimentos de recuperação começam imediatamente após o aviso de inadimplência, visando à gestão da cobrança pela Seguradora. Para cobrança internacional é utilizada a rede de cobrança, composta por correspondentes internos do grupo COFACE em diversos países, como também as agências de cobrança internacional e rede de advogados especializados em cobrança judicial. Adicionalmente, a Seguradora mantém um portfólio de clientes com uma carteira pulverizada e diversificada, de forma a minimizar o risco de um impacto significativo em seu índice de sinistralidade que pode ser causado pela inadimplência de um determinado devedor, uma desaceleração em qualquer indústria em particular ou um evento adverso de crédito em um dos países com os quais trabalha. Além disso, as apólices de seguro contêm cláusulas permitindo que limites de crédito venham a ser reduzidos durante a vigência do contrato. Consequentemente, os riscos dos devedores podem ser extintos ou reduzidos de forma relativamente rápida em caso de deterioração da solvência do devedor. **b) Mitigadores do risco de subscrição:** Os "Underwriters" da Seguradora analisam individualmente o risco de cada um dos compradores apresentados pelo segurado e estabelecem um nível de exposição máxima para ele. O portfólio de seguro de crédito consiste, basicamente, riscos de curto prazo, cuja duração máxima do crédito raramente excede os 180 dias. A Seguradora tem em todos os momentos a opção de reduzir ou cancelar limites de crédito para novas vendas a um determinado comprador, caso se verifique deterioração na respectiva saúde financeira. A Seguradora possui um sistema eletrônico de armazenamento e gerenciamento de dados de risco chamado Atlas, utilizado por todas as unidades do grupo COFACE no mundo. A utilização de tal sistema ga-

rante a Seguradora grande vantagem no sentido de gerenciamento de risco de crédito global, proporcionando a oportunidade de verificar o comportamento de uma determinada empresa e/ou se suas controladoras e subsidiárias em todo o mundo, resultando numa gestão de riscos de subscrição mais efetiva. Após um período de formação, que inclui uma série de treinamentos na plataforma da Coface "Underwriting Academy" e recomendações de casos reais para avaliação do responsável Regional de Risk Underwriting sobre o conhecimento de análise financeira e aderência às normas da Coface, é concedida a cada "Underwriter" da Seguradora uma alçada de aprovação pessoal e intransferível. As decisões acima desses limites individuais são apreciadas por dois "Underwriters" em conjunto ou até mesmo pelo Comitê Global de "Underwriting", realizado na matriz, dependendo dos valores envolvidos. Para as tomadas de decisão de crédito analisa-se não somente as empresas para as quais foram solicitados limites de crédito, mas toda ramificação de suas controladoras e subsidiárias. Para cada um dos riscos segurados da carteira são concedidos pontos que avaliam o nível de sua saúde financeira, medem a qualidade do risco e a probabilidade de insolvência, consistindo no rating do comprador. As análises de crédito baseiam-se em informações como: financeiras, comerciais, setor de atividade, bancárias e o país no qual o comprador é domiciliado. **c) Mitigadores do risco de resseguro:** O principal risco assumido pela Seguradora é o de que a frequência e severidade dos sinistros aos segurados sejam maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. Como forma de diluir e homogeneizar a responsabilidade na aceitação dos riscos subscritos, a Seguradora mantém contratos de resseguro, os quais são renovados, no mínimo, anualmente. Os contratos de resseguro firmados consideram condições não proporcionais, de forma a reduzir e proteger a exposição dos riscos isolados e dos riscos de natureza catastrófica, além das colocações de riscos facultativos para gerenciamento de risco de severidade. A Seguradora tinha contrato de resseguros com as resseguradoras locais, descritas a seguir, sendo no período anterior a 2017 com IRB-Brasil Re rating brAA+ emitido pela Standard & Poor's do Brasil; a partir 2017 até 2021 com Munich Re do Brasil Resseguradora S.A. rating AA- pela Standard & Poor's e atualmente a partir de 2022 com a Austral Resseguros com rating A-, emitido pela Standard & Poor's. A partir de 2022 passou a operar com Coface França na modalidade de resseguro eventual com rating AA- pela Fitch Ratings. **d) Mitigadores do risco de provisões técnicas insuficientes:** Por fim, como forma de mitigar o risco de constituir provisões insuficientes, é realizada anualmente teste de consistência conforme determinação da Resolução CNSP nº 432/2021 e alterações posteriores que possibilita averiguar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas, considerando as premissas mínimas determinadas pelos órgãos reguladores do mercado segurador brasileiro. Adicionalmente, tem-se o teste de adequação de passivos, efetuado a cada data de balanço de acordo com as determinações da Circular Susep nº 648/2021 e alterações posteriores que determina se há necessidade de constituição adicional de provisões em relação aos passivos de seguro já registrado na data-base. **4.2.1. Exposição dos limites de crédito:** As exposições dos limites de crédito aprovados pela Seguradora aos compradores dos segurados são analisadas a fim de monitorar a concentração dos riscos nos segmentos de atuação dos segurados. O gráfico abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio baseado no valor de importância segurada bruta de resseguro na data-base de 31 de dezembro de 2025.



Sensibilidade do risco de seguro: É efetuada para demonstrar os impactos que podem ser gerados sobre o resultado e patrimônio líquido, no caso de alterações de premissas ou variáveis nos contratos vigentes na Seguradora. Testes de sensibilidade utilizam-se de projeções e variáveis, que apesar de serem baseadas em experiências passadas, possuem limitações nos resultados obtidos. O teste realizado levou em consideração a variação, nos sinistros retidos no exercício para mais em 30 pontos percentuais, demonstrando o impacto no resultado e patrimônio líquido da Seguradora.

Ano	Variação de sinistros retidos (líquidos de resseguro)		Variação líquida de impostos	
	Em 31 de dezembro de 2025	(17.811)	Em 31 de dezembro de 2024	(10.687)
		(15.843)		(9.506)
4.3. Gestão de risco de seguros: A gestão do risco de liquidez se dá pela capacidade da Seguradora gerar, por meio do curso normal do negócio bem como com o gerenciamento do seu portfólio de investimentos, o volume de capital suficiente para saldar seus compromissos, sejam estes referentes às despesas operacionais ou mesmo à cobertura das reservas relacionadas aos riscos do negócio. Localmente a Seguradora adota a política corporativa do grupo COFACE para a gestão de caixa e investimentos. A política mencionada define as regras de investimentos, composição das carteiras por ativo, limites para cada carteira, legislação e descrição dos produtos dentre outros aspectos. Sendo assim, para mitigação dos riscos financeiros significativos, são elaboradas análises diárias de fluxo de caixa considerando as disponibilidades e obrigações de curto prazo bem como o portfólio de ativos financeiros. De acordo com as políticas corporativas do grupo COFACE, às quais a Seguradora está submetida, o perfil de investimentos se limita a opções de baixo e baixíssimo risco. Além disso, são efetuados acompanhamentos mensais dos índices de liquidez definidos pela Susep tais como: Margem de Solvência, Suficiência de Capital, Ativos Financeiros x Provisões Técnicas. A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora classificados segundo o fluxo contratual de caixa não descontado.				
31/12/2025 31/12/2024				
	Sem vencimento	A vencer em 1 ano	A vencer em 1 ano	A vencer em até acima de 1 ano
Ativos financeiros	Vencidos	Total	Total	Total
Caixa e bancos	30.242	—	—	30.242
Aplicações	17.802	—	49.839	124.610
Prêmios a receber (i)	—	5.523	186.219	12.450
Operações com resseguradoras	—	—	61.452	—
Outros créditos operacionais	—	—	317	—
Ativos de resseguros - provisões técnicas (i)	—	—	128.190	561
Créditos tributários e previdenciários	—	—	3.942	4.309
Depósitos judiciais, fiscais e compulsórios	—	—	—	2.761
Outros valores e bens	—	—	—	1.305
Total	48.044	5.523	429.959	145.996
			629.522	557.192

(i) Os prêmios relativos a riscos vigentes e não emitidos, no montante de R\$95.077 (R\$100.672 em 2024) foram alocados integralmente na faixa a vencer em até 1 ano em prêmios a receber assim como os valores relativo a PSL, IBNR, IBNR, PDR/PSL, PDR/IBNR e excedente técnico no montante total de R\$128.790 (R\$99.968 em 2024) em ativos de resseguros.

continua★



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.ri.estadao.com.br/publicacoes/>



★ continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2025		31/12/2024	
	A vencer em até 1 ano	A vencer acima de 1 ano	Total	Total
Passivos Financeiros				
Obrigações, outras contas a pagar	15.398	–	15.398	45.470
Impostos, contribuições e encargos	13.952	–	13.952	10.163
Operações com resseguradoras	130.878	–	130.878	38.877
Corretores de seguros e resseguros	18.543	1.488	20.031	27.603
Outros débitos operacionais	4.781	–	4.781	15.616
Depósitos de terceiros	4.522	–	4.522	6.921
Provisões técnicas seguros (i)	342.448	14.757	357.205	318.856
Provisões judiciais	–	2.228	2.228	2.347
Débitos diversos	–	2.489	2.489	210
Total	530.522	20.962	551.484	466.063

(i) O montante de R\$302.002 (R\$301.371 em 2024) é referente a PSL, PPNG-RVNE, IBNER, IBNR, PDR/PSL, PDR/IBNR e excedente técnico, alocado na faixa a vencer em até 1 ano. **4.4. Gestão de risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado têm sobre os ganhos da Seguradora ou sobre o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é mitigar e controlar as exposições a riscos de mercados tais como risco de taxa de juros e risco na taxa de câmbio, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos. A política, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, considerando-se que a natureza do próprio negócio, por envolver, em parte, a securitização de recebíveis em moeda estrangeira, representa um risco às variáveis de mercado. Os limites de risco de mercado são estabelecidos com base em política corporativa definida pelo grupo COFACE e aprovados localmente pelo Conselho de Administração. Diariamente a Administração monitora a performance das suas posições bem como acompanha, por meio de boletins dos seus bancos parceiros, quais as projeções de curto e longo prazo para as posições cambiais e de taxa de juros do mercado. Assim sendo, a exposição a riscos cambiais na forma de investimentos não é permitida, exceto quando na existência de passivo também na mesma moeda, o que de fato ocorre nas nossas operações. Esse tipo de operação tem por finalidade criar cobertura cambial a eventuais oscilações negativas. Sempre que existe uma necessidade renovada de aumento material das posições para efeito de cobertura cambial, a decisão é apresentada e aprovada pelo Conselho de Administração. No que tange a exposição ao risco de taxa de juros, busca-se alocar ativos financeiros em portfólios de baixo risco. Segundo a política de investimentos do grupo COFACE, não existem limitações quanto ao percentual investido em títulos do Governo Brasileiro. **4.4.1. Sensibilidade a taxa de juros:** Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: (i) taxa de juros; (ii) cupons de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA). O parâmetro quantitativo utilizado na análise de sensibilidade é a elevação ou redução de 20% na taxa Selic. O índice de rentabilidade que a Seguradora apurou nos seus saldos de investimentos financeiros são: fundo Reserva Técnica 99,1% do CDI no exercício de 2025 (101,9 do CDI em 2024) e carteira administrada, composta por títulos públicos - LTN, LFT e NTN, 113,4% do CDI no exercício de 2025 (40,2% do CDI em 2024). A tabela abaixo demonstra os impactos nas aplicações financeiras em 2025 com relação à variação da taxa SELIC:

Premissas	Aplicação financeira	31/12/2025		
		Variação % Selic	Impacto no patrimônio	Líquido de impostos
Aumento do CDI	LFT - Letra financeiro do tesouro	20%	1.195	717
Aumento do CDI	LTN - Letra do tesouro nacional	20%	1.400	840
Aumento do CDI	NTN - Nota do tesouro nacional	20%	1.158	695
Aumento do CDI	Fundo Reserva Técnica	20%	1.094	656
Premissas	Aplicação financeira	31/12/2025		
		Variação % Selic	Impacto no patrimônio	Líquido de impostos
Redução do CDI	LFT - Letra financeiro do tesouro	20%	(127)	(76)
Redução do CDI	LTN - Letra do tesouro nacional	20%	(1.405)	(843)
Redução do CDI	NTN - Nota do tesouro nacional	20%	(1.140)	(684)
Redução do CDI	Fundo Reserva Técnica	20%	(566)	(340)

4.5. Gestão de risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em ativos financeiros. No que se refere a ativos financeiros, a Seguradora monitora o cumprimento da política de risco de crédito para garantir que os limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos. Esse monitoramento é realizado sobre os ativos financeiros, de forma individual e coletivo, que compartilham riscos similares e leva em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. Limites de risco de crédito são determinados com base no rating de crédito da contraparte para garantir que a exposição global ao risco de crédito seja gerenciada e controlada dentro das políticas estabelecidas. Os ativos financeiros são investidos (ou reinvestidos) somente em instituições financeiras com alta qualidade de rating de crédito, com rating mínimo de BBB, recomendadas por agências avaliadoras de riscos, tais como Fitch Ratings, Standard & Poor's e Moody's. De acordo a política de investimentos, não existem limitações para investimentos em títulos públicos do governo brasileiro, entretanto, os mesmos devem ser evitados se possuírem vencimentos superiores a três anos. A exposição máxima de risco de crédito originado de prêmios a serem recebidos de segurados é substancialmente reduzida onde a cobertura de sinistros pode ser cancelada caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados na data de vencimento. A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Seguradora em 31 de dezembro de 2025 distribuídos por rating de crédito obtido junto a agência de rating Fitch Ratings. Os ativos classificados na categoria "Sem Rating" compreendem, substancialmente, valores a serem recebidos de segurados que não possuem ratings de crédito individuais.

	31/12/2025		
	BB	Sem rating	Total
Ativos financeiros/rating			
Mensurados ao valor justo por meio do resultado:			
FIF - fundo investimento financeiro.	35.889	–	35.889
Mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangentes:			
Títulos do Tesouro Nacional - LFT/LTN/NTN (i)	142.579	–	142.579
Mensurados ao custo amortizado:			
Time deposit (ii)	13.918	–	13.918
Caixa e bancos	12.155	–	12.155
Prêmios a receber de segurados	–	204.192	204.192
Total	204.541	204.192	408.733

(i) Classificado conforme risco país. (Fitch). (ii) Referente a aplicação atrelada à variação cambial.

	31/12/2024		
	BB	Sem rating	Total
Ativos financeiros/rating			
Mensurados ao valor justo por meio do resultado:			
FIF - fundo investimento financeiro.	–	–	–
Mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangentes:			
Títulos do Tesouro Nacional - LFT/LTN/NTN (i)	131.271	–	131.271
Mensurados ao custo amortizado:			
Time deposit (ii)	14.970	–	14.970
Caixa e bancos	29.899	–	29.899
Prêmios a receber de segurados	–	210.777	210.777
Total	188.515	210.777	399.292

(i) Classificado conforme risco país. (ii) Referente a aplicação atrelada à variação cambial. **4.6. Gestão capital:** O principal objetivo da Seguradora em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Susep, além de otimizar retornos sobre capital para os acionistas. O capital mínimo requerido (CMR) para o funcionamento das seguradoras é constituído como o máximo, entre o capital base (montante fixo de capital) e um capital de risco (CR) baseado nos riscos de subscrição, crédito, operacional (valor variável) e de mercado. Este capital mínimo requerido visa garantir os riscos inerentes às operações. Nos termos da Resolução CNSP nº 432/2021 e alterações posteriores, as instituições autorizadas a funcionar pela Susep deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR) e a qualidade de cobertura do CMR deverá atender aos seguintes requisitos: a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1. b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3. c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3. A Seguradora apura o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito, mercado e operacional, como demonstrado abaixo:

Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A.

CNPJ 07.644.868/0001-73

	2025	2024
Patrimônio líquido	126.148	120.879
Ajustes contábeis	(5.462)	(6.355)
Ajustes associados a variação dos valores econômicos	14.013	15.355
Patrimônio líquido ajustado de (PLA)	134.699	129.879
Patrimônio líquido ajustado nível 1	116.694	111.507
Patrimônio líquido ajustado nível 2	14.012	15.355
Patrimônio líquido ajustado nível 3	3.992	3.017
Capital base (CB)	8.100	8.100
Capital de risco de crédito	8.547	7.702
Capital de risco de subscrição	31.429	35.207
Capital de risco de risco operacional	1.595	1.307
Capital de risco de mercado	7.984	4.821
Deflator em função da correlação entre os riscos	(8.555)	(6.539)
Capital de risco (CR)	41.000	42.498
Capital mínimo requerido (maior entre CB e CR)	41.000	42.498
Suficiência do PLA em relação ao CMR - R\$	93.699	87.381
PLA em relação ao CMR -%	328,53%	305,61%

O total de provisões técnicas líquida de resseguro foi apurado da seguinte forma:

	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024
Descrição		
(+) Total das provisões técnicas	342.448	318.723
(-) PSL de resseguro - nota 7	(61.352)	(49.600)
(-) IBNR de resseguro - nota 7	(31.432)	(22.905)
(-) PDR de resseguro - nota 7	(8.379)	(3.322)
(-) PET de resseguro - nota 7	(624)	(1.735)
(-) Direito creditório/ativo redutores de PPNG	(145.111)	(140.000)
Total das provisões técnicas para garantia	95.550	101.161
Total das aplicações oferecidas para cobertura	183.718	149.681
Excesso de cobertura - suficiência	88.168	48.520

4.7. Risco operacional: A Seguradora define risco operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A COFACE na França estruturou uma área global de *Risk Management* responsável por desenvolver procedimentos para mitigação dos riscos operacionais, como identificação de riscos, captura de incidentes e perdas, gestão das políticas e procedimentos relacionados à Gestão de Riscos e testes periódicos nos controles internos. Em nível local, o gestor de riscos, sob a supervisão do principal executivo da Seguradora, tem por objetivo implementar o programa de gestão de riscos, em conformidade com as normas locais e orientações da matriz, garantindo o cumprimento dos requerimentos das autoridades locais. A Auditoria Interna, como terceira linha independente, executa um plano de auditoria anual, recomendando melhorias, quando aplicáveis. Para melhorar o conhecimento dos riscos operacionais e os controles internos em todas as suas entidades, o grupo COFACE desenvolveu mundialmente um programa de Controles Internos, no sistema E-Front, aplicável à Seguradora, com o objetivo de alcançar: • Uniformidade dos controles entre as entidades, agregando sinergia entre as regiões e países; • Aculturação acerca de riscos e controles, considerando que os controles são formalizados pela primeira e segunda linha no sistema E-front; • Transparência do ambiente de controle e gestão de riscos, sendo formalizados as avaliações e planos de ação em sistema. O Grupo Coface implementou um sistema de controle e gerenciamento de risco baseado na governança transparente. O processo de gerenciamento de risco se aplica tanto ao nível estratégico e aos vários níveis operacionais necessários para a condução das atividades. Seu objetivo é identificar eventos potenciais que podem afetar negativamente o Grupo Coface e é usada para gerenciar riscos dentro dos limites e indicadores definidos em nosso "apetite de risco". A gestão dos controles internos da organização compreende o programa e os respectivos procedimentos que incluem as políticas estabelecidas pela Seguradora para ajudar a alcançar o seu objetivo de garantir, tanto quanto possível a adequação das políticas internas e legislação vigente, a salvaguarda dos seus ativos, a prevenção e detecção de lavagem de dinheiro, fraudes e erros e a correção e completude dos registros contábeis. O procedimento de identificação de riscos é uma das mais importantes ferramentas do Programa de Controles Internos da Seguradora e tem o objetivo de identificar quais os riscos que podem afetar o desempenho dos respectivos processos para que então sejam implementados controles internos mais rígidos desenvolvidos para garantir, com razoável certeza, que sejam atingidos os objetivos. Adicionalmente, o sistema de controle interno, liderado pelo Departamento de Risco do Grupo, é baseado em mapeamento de risco exaustivo de acordo com as cinco principais categorias de risco identificadas, com foco nos riscos operacionais e de não conformidade. O sistema é organizado em um Programa de três níveis de Controles, sendo: *Controle de Nível 1* são controles atribuídos às linhas de negócios, com base em procedimentos de aplicação operacional, são os controles diários que todos devem praticar ao realizar suas respectivas tarefas. O *Controle de Nível 2* são os controles permanentes atribuídos a Gestão de Riscos ou Compliance a depender do risco, visando otimizar os processos e controles internos. O Controle de Nível 3 são os controles periódicos atribuídos ao departamento de Auditorias Interna. **4.8. Risco legal e de "compliance":** A Seguradora considera como Risco Legal a possibilidade de perdas decorrentes de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais ou administrativos. A Seguradora é obrigada a respeitar os princípios gerais relativos a sigilo comercial imposto na Apólice. O risco de "Compliance" vai além do conhecido risco operacional, contemplando o risco legal, associado a sanções, perdas financeiras ou de reputação em razão de descumprimento de dispositivos legais - aplicação de leis, regulamentos, código de conduta e das boas práticas de mercado - e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. Tal risco também está associado a práticas inadequadas de combate à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo. Dentro do escopo do programa de "compliance", destacamos a utilização dentro de nossos processos internos de verificação de clientes, o uso de uma ferramenta que a partir da razão social da empresa (futuro segurado) e dos nomes, como controladores, administradores, procuradores, busca informações negativas em diversas bases de dados utilizadas mundialmente por instituições financeiras, os quais são constantemente atualizadas. A ferramenta contempla a busca de Pessoas Politicamente Expostas (PEPs), empresas e pessoas envolvidas com lavagem de dinheiro e fraudes, informações relacionadas a crimes como terrorismo, entre outros, conforme determina a legislação da Susep vigente. Somente após a passagem pelos filtros dos processos internos é que a empresa se torna um segurado ou tem seu contrato renovado. Para mitigar as perdas financeiras decorrentes de falhas no cumprimento de aplicação de normas, a área de "Compliance" adota controles no sentido de identificar novos normativos expedidos pelas autoridades regulatórias e acompanhar sua implementação dentro da Seguradora. Para a mitigação de risco legal, por meio da atuação do seu departamento Jurídico, a Seguradora revisa e aprova todos os contratos celebrados, além de gerenciar os processos judiciais, bem como redigir e controlar contratos de sigilo. Adicionalmente mantemos uma apólice de seguro de D&O - "Directors and Officers" a fim de nos proteger de eventuais ocorrências em que um risco se reverta em realidade. A Seguradora está primordialmente sujeita às disposições e regulamentações da Susep, assim como dos Governos Municipal, Estadual e Federal. Sendo uma Empresa que possui grande parte de seu capital pertencente a uma multinacional, deve se enquadrar dentro das exigências, desde que não contradigam os requerimentos locais, do Código de Seguros Francês, do Departamento do Tesouro do Ministério Francês das Finanças e da "Autorité des Contrôle Assurances et des Mutuelles", ou ACAM, autoridade de supervisão francesa de seguros. A Susep, como órgão independente de supervisão, determina que as entidades autorizadas cumpram todos os requisitos legais e regulamentares estabelecidas para o ramo de seguros que operam. Também é responsável por verificar que as seguradoras podem honrar seus compromissos junto a seus segurados a qualquer momento e que eles atendem as margens de solvência exigidas.

	Em 31 de dezembro de 2025					Em 31 de dezembro de 2024				
	Sem vencimento	Acima 365 dias	Até 365 dias	Valor contábil justo	Custo atuado	Valor contábil justo	Custo atuado	%	%	%
Tipos										
Mensurados ao valor justo em outros resultados abrangentes										
Títulos do Tesouro Nacional	–	124.610	17.834	142.444	144.450	74%	131.271	137.747	83%	
Mensurados ao valor justo por meio de resultado										
Fundo investimento financeiro	35.889	–	–	35.889	35.889	19%	12.375	12.375	8%	
Mensurados ao custo amortizado										
Time deposit	–	–	13.918	13.918	13.918	7%	14.970	14.970	9%	
Total	35.889	124.610	31.752	192.251	194.257	100%	158.616	165.092	100%	

A totalidade das aplicações financeiras títulos públicos encontram-se vinculadas à Susep para cobertura das provisões técnicas. O ajuste a valor justo em 31 de dezembro de 2025 bruto de imposto de renda e contribuição social é de (R\$1.871) (R\$6.476 em 31 de dezembro de 2024).

	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024
Movimentação de aplicações financeiras		
Saldo das aplicações financeiras no início do exercício	158.616	203.776
Mensurados ao valor justo por meio do resultado		
Quota de fundo de investimento		
(+) Aplicações	59.999	15.490
(-) Resgates Aplicações	(40.370)	(4.312)
(+) Rendimento - nota 18g	3.885	1.197
Variação	23.514	12.375
Mensurados ao valor justo em outros resultados abrangentes:		
Letras do tesouro nacional		
(+) Aplicações	44.585	–
(-) Resgates	(40.672)	(15.840)
(+) Rendimento - nota 18g	7.017	5.777
(-) Redução a valor recuperável	(32)	(34)
(+/-) Ajuste ao valor justo	1.586	(2.271)
Variação	12.484	(12.368)
Letras financeiras do tesouro nacional		
(+) Aplicações	73.271	66.193
(-) Resgates	(68.320)	(92.554)
(+) Rendimento - nota 18g	2.771	2.334
(-) Redução a valor recuperável	(12)	(11)
(+/-) Ajuste ao valor justo	9	(8)
Variação	7.719	(24.046)
Notas do tesouro nacional		
(+) Aplicações	9.544	15.370
(-) Resgates	(27.232)	(20.644)
(+) Rendimento/recebimento juros - nota 18g	5.738	6.462
(-) Redução a valor recuperável	(26)	(20)
(+/-) Ajuste ao valor justo	2.945	(6.319)
Variação	(9.031)	(5.151)

	31/12/2025	31/12/2024
Time deposit		
(+) Aplicações	85.897	49.859
(-) Resgates	(85.942)	(73.520)
(+) Rendimento - nota 18g	640	1.584
(+/-) Variação cambial - nota 18g	(1.646)	6.107
Variação	(1.051)	(15.970)
Saldo das aplicações financeiras no fim do exercício	192.251	158.616
Hierarquia do valor justo das aplicações financeiras: A divulgação por nível, relacionada à mensuração do valor justo é realizada com base nos seguintes níveis: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • Nível 2: "inputs", exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3: "inputs", para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).		

	31/12/2025	31/12/2024
Mensurados valor justo em outros resultados abrangentes	142.444	131.271
Mensurados ao valor justo por meio do resultado	35.889	12.375
Mensurados ao custo amortizado	192.251	158.616
Total	192.251	158.616
Desempenho: A Administração mensura o desempenho da rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Em 2025, o desempenho dos ativos financeiros que compõem a carteira de investimentos atingiu 15,85% no acumulado do exercício a valor de mercado em face ao aumento da curva de juros durante o ano de 2025 (4,90% em dezembro de 2024).		

	31/12/2025	31/12/2024
Composição		
Prêmios a receber de segurados (i)	205.432	213.337
Operações com resseguradoras - nota 7	62.135	41.332
Total	267.567	254.669
Provisão para riscos de créditos sobre:		
Prêmios a receber de segurados	(1.240)	(2.560)
Operações com resseguradoras - nota 7	(683)	(254)
Total	(1.923)	(2.814)
Total circulante e não circulante	265.644	251.855
Total Doméstico	265.644	251.855
Exportação	–	–
Total	265.644	251.855
Prêmios a vencer		
De 1 a 30 dias	109.154	90.179
De 31 a 60 dias	9.694	8.156
De 61 a 120 dias	19.858	16.431
De 121 a 180 dias	16.267	14.055
De 181 a 365 dias	31.944	28.006
Superior a 365 dias	12.450	11.861
Prêmios vencidos	6.065	4.460
De 1 a 30 dias	4.342	3.189
De 31 a 60 dias	301	264
De 61 a 120 dias	44	–
De 121 a 180 dias	–	–
De 181 a 365 dias	1.343	1.007
Superior a 365 dias	35	–
Total circulante e não circulante	205.432	173.148
Total Doméstico	205.432	173.148
Exportação	–	–
Total	205.432	173.148

(i) O período médio de parcelamento oferecido pela Seguradora para liquidação dos prêmios pelos segurados é de 4 parcelas.

	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2024
Prêmios a receber no início do exercício	213.337	173.111	40.226	211.035
(+) Prêmios emitidos	250.819	207.624	43.195	236.840
(-) Prêmios cancelados	(17.875)	(12.985)	(4.890)	(18.958)
(+/-) Variação cambial	(2.713)	-	(2.713)	4.870
(-) Recebimento	(238.361)	(194.827)	(43.534)	(221.144)
(+/-) IOF sobre prêmios	225	225	-	694
Prêmios a receber no final do exercício	205.432	173.148	32.284	213.337
Movimentação da provisão para riscos sobre créditos:				
	Total	Doméstico	Exportação	Total
	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	(2.814)	(1.886)	(928)	(1.850)
(+) Ajustes estimativas	9	(63)	72	807
(+) Constituições do exercício	(518)	(332)	(186)	(2.257)
(-) Reversões do exercício	1.400	1.007	393	486
Saldo no final do exercício	(1.923)	(1.274)	(649)	(2.814)



Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A.

CNPJ 07.644.868/0001-73

→ continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Fndos em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais - R\$)

a) Resultado das operações com resseguro (ganhos e perdas)

Descrição	Total 31/12/2025	Doméstico 31/12/2025	Exportação 31/12/2025	Total 31/12/2024
Receitas com resseguros	231.097	229.215	1.882	118.946
Recuperações de avisos e despesas de sinistros - Nota 21	225.194	223.657	1.537	113.117
Estimativa de ressarcidos sobre PSL	(816)	(823)	7	828
IBNeR sobre recuperação de sinistro	(2.114)	(2.117)	3	696
Provisão para despesas relacionadas sobre PSL e IBNR	307	297	10	(606)
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	8.526	8.201	325	4.911
Despesas com resseguros	(108.610)	(87.194)	(21.416)	(65.435)
Prêmios líquidos cedidos em resseguro	(56.327)	(32.380)	(23.947)	(43.106)
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	6.634	2.669	3.965	3.899
Ressarcimento de resseguros - Nota -21	(58.227)	(56.984)	(1.243)	(26.637)
Outros	(690)	(499)	(191)	409
Total	122.487	142.021	(19.534)	53.511

Resultado operacional de resseguros

b) **Prêmios de resseguro - Carteiras:** A Seguradora possui contrato de resseguro de excesso de danos. c) **Percentual ressegurado:** O nível de cessão de riscos em resseguros atingiu o patamar de 25,01% da carteira no período analisado (19,82% em 31 de dezembro de 2024).

8. OUTROS CRÉDITOS

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento a funcionários	248	251
Créditos a receber - rateio nota 20 (c) e (e)	9.138	5.704
Total	9.386	5.955

9. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ e CSLL - antecipações, compensações e restituições	3.942	8.132
Imposto de renda e contribuição social antecipação	1.734	—
Imposto de renda e contribuição social restituição	1.432	5.542
Outros créditos	776	2.590
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais	4.309	4.628
Imposto de renda e contribuição social temporário	3.993	3.018
Imposto de renda e contribuição social prejuízo fiscal	316	1.610
Total	8.251	12.760
Circulante	3.942	8.132
Não circulante	4.309	4.628

As constituições dos créditos tributários de prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias estão fundamentadas em estudo técnico que leva em consideração projeção de resultados, quando aplicável. Os créditos tributários oriundos de diferenças temporárias decorrem principalmente de provisões temporárias de despesas, ajustes de marcação a mercado das aplicações e demais provisões judiciais, ficando o prazo de sua realização condicionado ao prazo previsto da realização da despesa efetiva e/ou desfecho das ações em andamento.

10. OBRIGAÇÕES A PAGAR/OUTRAS CONTAS A PAGAR

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Dividendos a pagar	793	—
Gratificação, participação nos lucros e outros	5.097	3.260
Impostos sobre parte relacionadas	1.649	6.517
Partes relacionadas - nota 20 (a), (b), (d) e (e)	7.859	35.693
Total	15.398	45.470

11. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Aging	01 a 60 dias	Acima 60 dias	Total 31/12/2025	Total 31/12/2024
Prêmios e emolumentos	4.472	50	4.522	6.921

12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda	1.901	—
Contribuição social	1.024	—
COFINS	233	314
PIS	38	51
Total	3.196	365

13. PROVISÕES TÉCNICAS

Descrição	Total 31/12/2025	Doméstico 31/12/2025	Exportação 31/12/2025	Total 31/12/2024
Provisão para prêmios não ganhos (PPNG) - nota 13b	148.635	123.443	25.192	142.354
Provisão de sinistros a liquidar e sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (PSL/IBNeR) - nota 13b	98.486	90.940	7.546	79.583
Sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) - nota 13b	50.751	47.876	2.875	43.248
Provisão de despesas relacionadas - PDR - nota 13b	11.121	10.069	1.052	5.666
Provisão com excedente técnico - PET - nota 13b	33.455	27.070	6.385	47.872
Outras provisões diretos	—	—	—	133
Total	342.448	299.398	43.050	318.856

b) Movimentação das principais provisões técnicas - Bruto de resseguro

	Ramo	31/12/2024	Constituição	Reversão	Pagamento	Variação cambial	31/12/2025
Provisão prêmios não ganhos riscos vigentes e não vigentes (RVE e RVNE)	doméstico	113.069	(207.624)	217.998	—	—	123.443
	exportação	29.285	(43.195)	69.424	—	(30.322)	25.192
Provisão sinistros a liquidar e sinistros ocorridos e não suficientemente avisados IBNER	doméstico	71.839	307.294	(37.603)	(250.590)	—	90.940
	exportação	7.744	11.840	(6.614)	(5.022)	(402)	7.546
Provisão sinistros ocorridos e não avisados - IBNR (nota 13)	doméstico	40.500	30.065	(22.689)	—	—	47.876
	exportação	2.748	1.710	(1.583)	—	—	2.875
	doméstico	4.737	16.225	(2.799)	(8.094)	—	10.069
Provisão despesas relacionadas PDR	exportação	929	785	(351)	(246)	(65)	1.052
	doméstico	37.928	14.650	(14.793)	(10.715)	—	27.070
Provisão excedente técnico PET	exportação	9.944	6.185	(7.737)	(2.007)	—	6.385
Outras provisões diretos		133	—	—	(133)	—	—
Total	Total	318.856	137.935	193.253	(276.807)	(30.789)	342.448

Resseguro

	Ramo	31/12/2024	Constituição	Reversão	Pagamento	Variação cambial	31/12/2025
Provisão prêmios não ganhos riscos vigentes	doméstico	13.476	12.917	(10.247)	—	—	16.146
	exportação	10.180	9.633	(5.668)	—	(3.327)	10.818
Provisão sinistros a liquidar e sinistros ocorridos e não suficientemente avisados IBNER	doméstico	45.698	216.377	(4.743)	(199.326)	—	58.006
	exportação	3.902	5.174	(3.850)	(1.968)	88	3.346
Provisão sinistros ocorridos e não avisados - IBNR (nota 13)	doméstico	21.450	29.663	(21.462)	—	—	29.651
	exportação	1.455	1.761	(1.435)	—	—	1.781
	doméstico	3.103	7.283	2.096	(4.421)	—	8.061
Provisão despesas relacionadas PDR	exportação	219	99	132	(116)	(16)	318
	doméstico	1.397	4	(900)	—	—	501
Provisão excedente técnico PET	exportação	338	23	(238)	—	—	123
Total	Total	101.218	282.934	(46.315)	(205.831)	(3.255)	128.751

Bruto de resseguro

	Ramo	31/12/2023	Constituição	Reversão	Pagamento	Variação cambial	31/12/2024
Provisão prêmios não ganhos riscos vigentes e não vigentes (RVE e RVNE)	doméstico	102.252	—	10.817	—	—	113.069
	exportação	24.858	—	1.413	—	3.014	29.285
Provisão sinistros a liquidar e sinistros ocorridos e não suficientemente avisados IBNER	doméstico	91.116	186.604	(40.561)	(165.320)	—	71.839
	exportação	12.218	15.637	(7.315)	(15.270)	2.474	7.744
Provisão sinistros ocorridos e não avisados - IBNR (nota 13)	doméstico	31.783	17.688	(8.971)	—	—	40.500
	exportação	4.300	1.152	(2.704)	—	—	2.748
	doméstico	4.890	26.892	(12.182)	(14.863)	—	4.737
Provisão despesas relacionadas PDR	exportação	697	1.141	(881)	(220)	192	929
	doméstico	35.874	23.285	(4.658)	(16.573)	—	37.928
Provisão excedente técnico PET	exportação	7.565	7.974	(3.970)	(1.640)	15	9.944
Outras provisões direto		—	133	—	—	—	133
Total	Total	315.553	280.506	(69.012)	(213.886)	5.695	318.856

Resseguro

	Ramo	31/12/2023	Constituição	Reversão	Pagamento	Variação cambial	31/12/2024
Provisão prêmios não ganhos riscos vigentes	doméstico	10.797	17.425	(14.746)	—	—	13.476
	exportação	6.198	9.809	(8.589)	—	2.762	10.180
Provisão sinistros a liquidar e sinistros ocorridos e não suficientemente avisados IBNER	doméstico	61.595	118.949	(21.651)	(113.195)	—	45.698
	exportação	7.544	8.145	(3.691)	(9.429)	1.333	3.902
Provisão sinistros ocorridos e não avisados - IBNR (nota 13)	doméstico	15.850	11.948	(6.348)	—	—	21.450
	exportação	2.145	790	(1.480)	—	—	1.455
	doméstico	2.860	9.292	3.046	(12.095)	—	3.103
Provisão despesas relacionadas PDR	exportação	296	343	(403)	(60)	43	219
	doméstico	2.360	—	(963)	—	—	1.397
Provisão excedente técnico PET	exportação	343	82	(87)	—	—	338
Total	Total	109.988	176.783	(54.912)	(134.779)	4.138	101.218

c) Custo de aquisição diferido: Bruto de resseguros

	Ramo	31/12/2024	Constituição	Reversão	Variação cambial	31/12/2025
Custo de aquisição diferido	doméstico	13.716	181.688	(180.769)	—	14.635
	exportação	2.922	30.492	(30.656)	(348)	2.988
Total	Total	17.216	212.180	(211.425)	(348)	17.623
Circulante						15.928
Não circulante						1.695

	Ramo	31/12/2023	Constituição	Reversão	Variação cambial	31/12/2024
Custo de aquisição diferido	doméstico	11.899	273.751	(126.523)	—	13.716
	exportação	2.922	54.528	(58.171)	394	3.500
Total	Total	14.821	328.679	(326.678)	394	17.216
Circulante						15.136
Não circulante						2.080

d) **Desenvolvimento de sinistros:** quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado, a parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que as informações mais precisas a respeito da severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis.

Sinistros brutos de resseguro

Montante estimado para o sinistro	Até 2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
No ano do aviso	711.484	41.249	19.306	116.329	467.884	173.188	300.187	—
Um ano após o aviso	575.183	30.617	16.153	83.572	447.024	160.908	—	—
Dois anos após o aviso	555.896	28.187	16.084	82.901	443.691	—	—	—
Três anos após o aviso	549.339	27.068	15.716	82.821	—	—	—	—
Quatro anos após o aviso	545.523	27.068	15.694	—	—	—	—	—
Cinco anos após o aviso	543.573	25.133	—	—	—	—	—	—
Seis anos após o aviso	541.399	—	—	—	—	—	—	—
Estimativas dos sinistros	541.399	25.133	15.694	82.821	443.691	160.908	300.187	1.569.833
Incorporação Sbce	5.542	4.678	—	—	—	—	—	10.220
Oscilação cambial	(112)	(307)	(46)	172	908	500	(12)	1.103
(-) Pagamentos	(544.229)	(28.847)	(15.648)	(81.751)	(430.083)	(152.292)	(212.336)	(1.465.186)
Sinistros pendentes em 31 de dezembro de 2025 (i)	2.600	657	—	1.242	14.516	9.116	87.839	115.970

(i) O montante de R\$(17.484), referente às estimativas de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados não estão demonstrados nesse quadro.

Sinistros líquidos de resseguro

Montante estimado para o sinistro	Até 2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
No ano do aviso	281.974	24.438	15.737	35.363	57.050	57.171	72.993	—
Um ano após o aviso	246.267	19.884	13.237	31.586	51.756	52.559	—	—
Dois anos após o aviso	240.046	18.741	13.168	31.298	50.319	—	—	—
Três anos após o aviso	239.261	18.611	12.799	31.218	—	—	—	—
Quatro anos após o aviso	238.767	18.611	12.781	—	—	—	—	—
Cinco anos após o aviso	237.752	18.033	—	—	—	—	—	—
Seis anos após o aviso	237.106	—	—	—	—	—	—	—
Estimativas dos sinistros	237.106	18.033	12.781	31.218	50.319	52.559	72.993	475.009
Incorporação Sbce	3.953	3.527	—	—	—	—	—	7.480
Oscilação cambial	(381)	(251)	(49)	54	215	259	(19)	(168)
(-) Pagamentos	(240.437)	(20.755)	(12.732)	(30.722)	(48.485)	(50.688)	(33.270)	(437.089)
Sinistros pendentes em 31 de dezembro de 2025 (i)	241	554	—	550	2.049	2.130	39.704	45.228

(i) O montante de R\$(8.094), referente às operações de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados não estão demonstrados nesse quadro.

Sinistros pagos brutos de resseguro

Montante indenizado dos sinistros	Ano de aviso do sinistro							
	Até 2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
No ano do aviso	216.466	14.492	4.798	20.927	378.568	112.494	212.336	960.081
Um ano após o aviso	506.247	27.709	15.222	63.504	427.970	152.292	—	1.192.944
Dois anos após o aviso	533.794	28.812	15.648	81.520	430.083	—	—	1.089.857
Três anos após o aviso	536.706	28.845	15.648	81.751	—	—	—	662.950
Quatro anos após o aviso	537.808	28.845	15.648	—	—	—	—	582.301
Cinco anos após o aviso	540.042	28.845	—	—	—	—	—	568.886
Seis anos após o aviso	540.616	—	—	—	—	—	—	540.616
Sete anos ou mais após o aviso	544.231	—	—	—	—	—	—	544.231
Total dos sinistros pagos	544.231	28.845	15.648	81.751	430.083	152.292	212.336	1.465.186



Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A.

CNPJ 07.644.868/0001-73

★ continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais - R\$)

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro (prejuízo) antes dos impostos e participações sobre o resultado	7.397	(3.605)
Participação nos lucros - PLR	(816)	141
Lucro (prejuízo) antes das adições e exclusões	6.581	(3.464)
Ajustes:		
Adições (exclusões) temporárias	2.437	(1.402)
Provisão devedores duvidosos	(821)	1.030
Provisão para gratificação e PLR	3.684	(2.742)
Contingências e outros	(426)	310
Adições (exclusões) permanentes	2.214	1.065
Benefício indireto	47	28
Despesas veículos	210	225
CPC 06 e aluguel	45	(41)
Gratificações estatutárias	1.477	595
Multas e brinde	435	258
Lucro (prejuízo) tributável antes da realização prejuízo fiscal	11.232	(3.801)
Realização do prejuízo fiscal	(3.369)	—
Lucro (prejuízo) tributável	7.863	(3.801)
Imposto de renda	(1.942)	—
Incentivo fiscal - PAT	41	—
Constituição/(realização) do crédito tributário sobre adições temporárias	609	(350)
Constituição/(realização) do crédito tributário sobre prejuízo fiscal	(850)	950
Total IRPJ	(2.142)	600
Contribuição social	(1.024)	—
Constituição/(realização) do crédito tributário sobre adições temporárias	365	(210)
Constituição/(realização) do crédito tributário sobre prejuízo fiscal	(443)	659
Total CSSL	(1.102)	449
Alíquota efetiva	49%	30%

Diretoria
Marcele Lemos Ferreira Rose do Amaral Cordeiro Edson Massanori Teramae Isabelle Yvonne Michelle Heude Patrícia Viviane Pires Tavares

20. PARTES RELACIONADAS - VALORES LÍQUIDOS A RECEBER

Descrição	31/12/2025				31/12/2024	
	Ativo	Passivo	Receita	Despesa	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Coface do Brasil Serviços de Gerenciamento de Crédito Ltda. (b)	7.853	(18)	8.508	—	(549)	(1.222)
Cogerí (a)	—	(247)	—	(1.005)	(394)	(419)
Coface Ibérica	—	—	—	—	—	142
Coface América Latina (d)	1.272	119	4.729	(8.268)	(1.158)	(6.248)
Coface SA (e)	13	(7.713)	2.877	(35.677)	(27.888)	(26.590)
Total	9.138	(7.859)	16.114	(44.950)	(29.989)	(34.337)
(a) A Seguradora mantém com a Cogerí S.A., empresa do grupo Coface, contrato para a prestação de serviços de análise e opinião de risco e monitoramento dos clientes dos seus segurados sediados no exterior que são atualizados por variação cambial, quando aplicável. (b) A Seguradora mantém com empresas do grupo Coface, contrato para a prestação de serviços de cobrança dos seus segurados junto a devedores no exterior, informados em provisão de despesas com sinistros. (c) A despesa total com remuneração aos Administradores, em 2025, atingiu o montante de R\$ 4.246 (R\$3.627 em 31 de dezembro de 2024) que compreende, substancialmente, a benefícios de curto prazo relacionados a pró-labore e gratificação por desempenho. Não existem benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo e remuneração baseada em ações. (d) Coface América Latina é responsável pelo suporte nas análises de riscos da Seguradora que estão alocados na região latina, além de suporte para atividades de <i>Compliance</i> , estratégias comerciais e acompanhamento financeiro. Estes serviços têm como objetivo melhorar a governança e transparência da Seguradora. (e) Coface França desenvolve e dá suporte a aplicativos específicos ligados à área operacional e de negócio da Coface Brasil e, complementarmente, presta serviço direcionados a administração da Seguradora.						
21. OUTRAS INFORMAÇÕES						
a. Reforma Tributária e impactos: A reforma tributária foi aprovada em 20 dezembro de 2023 e visa simplificar o sistema tributário brasileiro unificando diversos impostos é esperado aumento de competitividade das empresas, simplificação da escritura fiscal, entre outros. A empresa não observa impacto no curto prazo entretanto a administração determinou um grupo de estudo em conjunto com uma assessoria fiscal contratada a fim de realizar um estudo detalhado da nova legislação, preparação para atualização de seu sistema de gestão e escrituração fiscal, capacitar seus colaboradores e monitorar os impactos da reforma em seus resultados.						

Conselho de Administração

Carolina Lanzellotti Almeida Hattieann Eliskka Giraldo Davila Salvador Antonio Périco

Contador e Atuário

Walter Nascimento de Borgonha Contador CRC 1SP 217793O-2 Cristina Cantanhede Biasotto Mano Atuário Responsável Técnico, MIBA 900

Parecer dos Atuários Independentes

Aos Conselheiros e Diretores da
Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A.
São Paulo - SP
Escopo da Auditoria Atuarial
Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A. ("Seguradora"), em 31 de dezembro de 2025, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.
Responsabilidade da Administração
A Administração da Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Responsabilidade dos atuários independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Seguradora e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros

que garantam a sua continuidade no futuro.
Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.
Opinião
Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A. em 31 de dezembro de 2025 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.
Outros assuntos
No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos

quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2026	
	
KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda. CIBA 48 CNPJ: 02.668.801/0001-55 R. Verbo Divino, nº 1400 - 04719-002 São Paulo - SP - Brasil Joel Garcia Atuário MIBA 1131 Anexo I Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A. (Em milhares de Reais)	
1. Provisões Técnicas e ativos de resseguro	31/12/2025
Total de provisões técnicas auditadas	342.448
Total de ativos de resseguro	128.751
Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros	56.414
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas	31/12/2025
Provisões técnicas auditadas (a)	342.448
Valores redutores auditados (b)	246.898
Total a ser coberto (a-b)	95.550
3. Demonstrativo do Capital Mínimo	31/12/2025
Capital Base (a)	8.100
Capital de Risco (CR) (b)	41.000
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	41.000
4. Demonstrativo da Solvência	31/12/2025
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	134.699
Ajustes econômicos do PLA	14.013
Exigência de Capital (CMR) (b)	41.000
Suficiência/(Insuficiência) do PLA (c = a - b)	93.699
Ativos garantidores (d)	183.718
Total a ser Coberto (e)	95.550
Suficiência/(Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d – e)	88.168
5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos Susep)	31/12/2025
0748	275
0749	303

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A.
Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - Susep.
Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.
Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A Diretoria da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar esse respeito.
Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras
A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Susep, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras

livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria e das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
• A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, sobre as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
• Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e a avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
• A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos, frequentemente, uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida a fim de determinarmos a materialidade para as

demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para a execução da auditoria significa o valor ou os valores fixados pelo auditor, inferiores ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
• Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamara atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levava Seguradora a não mais se manterem continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2026
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes Ltda. CRC nº 2 SP 011609/O-8 Deborah Sulyak Martins Ribeiro Contadora CRC nº 1 RJ 093358/O-5



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
<https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>